



MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - UASG 450996
Estado do Paraná

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026
PROCESSO Nº 66/2026
Nº COMPRA ELETRÔNICA 90021/2026

OBJETO	Contratação de plataforma eletrônica para a realização de compras públicas, nos termos do art. 175, § 1º da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, para execução das licitações eletrônicas nas modalidades: pregão, dispensa, concorrência, leilão e credenciamento, para atender às necessidades do setor de licitação, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	108,39 (cento e oito reais e trinta e nove centavos)
DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA	20/05/2026 às 09h00min (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço
MODO DE DISPUTA	Aberto
DA AMPLA PARTICIPAÇÃO E DOS BENEFÍCIOS	Este processo é de participação de empresas de qualquer porte

O Município de Pato Branco, Estado do Paraná, **UASG Nº 450996**, através do seu Prefeito, **Geri Natalino Dutra**, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão, no seu formato ELETRÔNICO, conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio do processo administrativo nº 2687/2026, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, sendo a licitação processada pelo critério de julgamento “**menor preço**”.

O certame será processado e julgado de acordo com as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 agosto de 2014, no Decreto Municipal nº 9571, de 04 de julho de 2023, Decreto Municipal nº 9.603/2023, de 11 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 9.604/2023, de 11 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 9.554, de 13 de junho de 2023, Decreto Municipal nº 10.057, de 11 de outubro de 2024 e demais legislações aplicáveis à matéria.

DATA E HORA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

20 de maio de 2026, às 09h00min.

Acessado exclusivamente por meio do link <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto ao Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e 13h30min às 17h30min, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: www.patobranco.pr.gov.br / <https://www.gov.br/compras/pt-br> / <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Demais informações, fones: (46) 3220-1534, e-mail: licita@patobranco.pr.gov.br. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira **Thais Love Peres** designada pela Portaria nº. 59/2025

1. OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a Contratação de plataforma eletrônica para a realização de compras públicas, nos termos do art. 175, § 1º da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, para execução das licitações eletrônicas nas modalidades: pregão, dispensa, concorrência, leilão e credenciamento, para atender as necessidades do setor de licitação, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme condições e demais especificações estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderá participar deste processo, qualquer empresa legalmente constituída com ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação desde que satisfaça as exigências do edital e esteja previamente credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.2 - É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.2.1 - Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2.2 - Empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, ou reunidas sob a forma de consórcio, podem apresentar somente uma proposta, sob pena de rejeição de todas.

2.2.3 - As empresas que participarem da licitação, isoladamente ou em consórcio, deverão examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do objeto.

2.3 - Esta licitação é destinada à participação de empresas de qualquer porte.

2.3.1 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3.2 - Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

2.3.3 - A obtenção dos benefícios a que se referem os itens 2.3.1 a 2.3.2, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3.4 - Nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

2.3.5 - Considera-se receita bruta, para fins do disposto no *caput*, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados, o resultado nas operações em conta alheia e as demais receitas da atividade ou objeto principal das microempresas ou das empresas de pequeno

porte, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

2.4 - NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

I - Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s).

II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, assim como, aquela que atua em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante ou ainda, a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

VII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

VIII - Agente público do órgão ou entidade licitante, assim como, o terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, os quais também ficam impedidos de participar, ainda que indiretamente, da execução do contrato, devendo, ainda, ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

IX - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

X - Os interessados que se encontrem, mesmo que indiretamente, sob falência, qualquer que seja sua forma de constituição.

XI - Empresas reunidas em consórcio.

3. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1** - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data abertura do Pregão.
- 3.2** - Incumbe ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor requisitante do processo, decidir sobre os pedidos de impugnação ou esclarecimento, fazendo divulgar as respostas em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.3** - O termo de impugnação ou o pedido de esclarecimento poderá ser protocolado junto a Prefeitura Municipal de Pato Branco na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco-PR, para o Pregoeiro responsável **ou** encaminhado por meio eletrônico, via e-mail: licita@patobranco.pr.gov.br
- 3.3.1** - Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo.
- 3.4** - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante ou cidadão que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização do Pregão.
- 3.5** - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 3.6** - A impugnação não possui efeito suspensivo.
- 3.6.1** - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 3.7** - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame exceto se a modificação não afetar a formulação das propostas pelas licitantes.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

- 4.1** - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2** - Os licitantes encaminharão **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço ou o percentual de desconto ofertado, conforme critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.
- 4.2.1** - Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.
- 4.3** - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4** - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- I - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

V - Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

4.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa quando sua participação não for vedada, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 - No caso de item de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 - No caso de item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito do licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 - Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7 - O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8 - A falsidade da declaração de que trata este Edital sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

I - Aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

I - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

II - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I - Valor OU desconto, considerando até quatro casas decimais após a vírgula;

II - quantidade;

III - descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha suas especificações, sendo necessário considerar as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

IV - marca (se for o caso);

5.2 - A apresentação da proposta implicará em:

I - pleno conhecimento e aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos; inclusive das especificações e condições para execução do pactuado, sujeitando-se à fiscalização pelo Município de Pato Branco.

II - compromisso de fornecimento nas condições estipuladas, inclusive em relação às quantidades máximas, mas não obriga a Administração Pública a contratar;

III - inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores;

IV - prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame;

5.3 - Os preços e os produtos/serviços propostos tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha outros ônus para o Município de Pato Branco, além do preço estabelecido na proposta.

5.5 - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DOS LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e endereço eletrônico indicado neste edital.

6.2 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.3 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4 - O fornecedor será selecionado pelo critério de julgamento de **"MENOR PREÇO"**.

6.4.1 - *Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário do item.*

6.4.2 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo de real).

6.5 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9 - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação das licitantes antes do término da fase de lances.

6.10 - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do

certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo a competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.10.1 - Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.10.2 - Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

6.11 - Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores simbólicos ou irrisórios claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado e estabelecidos no Edital.

6.10.4 - Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentara as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.10.

6.11 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.12 - Para o envio de lances do presente processo, o modo de disputa será o modo **“ABERTO”**.

6.12.1 - Neste modo, a etapa de envio de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertados nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2 - A prorrogação automática da etapa prevista no item 6.12.1 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.12.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 6.12.2, a sessão pública será encerrada automaticamente, o sistema ordenará e divulgará os lances.

6.12.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5 - Após o reinício previsto no item 6.12.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12.5.1 - São considerados intermediários os lances:

a) iguais ou inferiores ao maior já ofertado, mas superiores ao último lance dado pelo próprio licitante, quando adotado o julgamento pelo critério do maior lance;

b) iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante, quando adotados os demais critérios de julgamento.

6.12.5.2 - Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

6.12.6 - Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

6.13 - Em relação a itens destinados à participação de empresas de qualquer porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.13.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.13.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.13.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.13.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.13.5 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.14 - Não será aplicado o disposto no item 6.13 na hipótese estabelecida no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.15 - Ultrapassado o desempate de que trata o item 6.13, se houver, havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate, se for o caso, serão aqueles previstos no art. 37 do Decreto nº 9571, de 2023, nesta ordem:

I - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual preferencialmente serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento das obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021;

a) A análise de desempenho contratual prévio de que trata o subitem anterior consistirá na verificação da existência de penalidades aplicadas a qualquer tempo e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no Cadastro de Restrições ao Direito de Contratar com a Administração Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, cuja certidão compreende os registros do próprio Tribunal de Contas da União (TCU), do Cadastro Nacional de Empresas Punidas, Inidôneas e Suspensas do Portal da Transparência do Governo Federal, e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, dando-se prioridade de contratação à empresa que apresentar menor número de sanções ou sanções de menor gravidade, ainda que em número maior.

II - desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, mediante políticas formalmente regulamentadas pela licitante;

III - desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.1 - Caso a regra prevista no item 6.15 não solucione o empate, será dada preferência, sucessivamente, a:

I - empresas estabelecidas no Estado do Paraná;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

V - empresas estabelecidas no território do Município de Pato Branco.

6.15.2 - Caso a regra prevista no 6.15.1 deste artigo não solucione o empate, será realizado sorteio público.

6.16 - Finalizadas as etapas de lances e eventual desempate, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e constantes no item 02 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - SICAF;

II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);

III - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>); e

IV - Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

6.17 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital, momento em que a Pregoeira poderá realizar negociação, encaminhando contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço (lance ou proposta), para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.18 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a negociação de que trata o item 6.17, poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação.

6.19 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20 - NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO ITEM 1.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO V DESTE EDITAL.

6.20.1 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência

6.20.2 - Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

7. DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 - Encerrada a etapa de julgamento, a Pregoeira convocará o licitante detentor da melhor oferta, para que este anexe a PROPOSTA DE PREÇOS no prazo de até 02h (duas horas) úteis, em conformidade com o último lance ofertado ou negociado.

7.1.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo; ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido é insuficiente para envio da proposta de preços.

7.1.2 - Em caso de indisponibilidade do sistema ou problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@patobranco.pr.gov.br.

7.2 - A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo:

I - Dados do licitante vencedor: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa;

II - Descrição detalhada do item/lote vencido ou remissão ao item do edital que contenha suas especificações;

III - Marca e modelo (quando for o caso) do objeto ofertado;

IV - Quantidade;

V - Valor unitário e total e quando for o caso, o percentual de desconto ofertado;

VI - Prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias contados à partir da data da sessão pública do pregão;

VII - Dados do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato;

VIII - Poderá ser utilizado o modelo de proposta disponível no anexo II deste edital.

7.3 - O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

7.4 - Todas as especificações contidas na proposta vinculam o licitante.

7.5 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

I - Contiver vícios insanáveis;

II - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;

III - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável

VI - Não for corrigida ou justificada após diligências do pregoeiro/agente de contratação.

7.6 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o inciso III do item 7.5, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7 - Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexecutabilidade do preço proposto, considerando os padrões de qualidade esperados e especificações constantes neste Edital e seus anexos, a licitante será desclassificada.

7.8 - Ultrapassada a fase da qualificação de proposta, serão analisadas as condições de habilitação definidas no edital.

7.9 - Encerrado o prazo determinado, sem que a proposta e seus eventuais anexos tenham sido encaminhados ou a documentação esteja incompleta, o licitante terá sua proposta recusada.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - A empresa que teve sua proposta de preços ajustada aceita será convocada via chat pela Pregoeira, para no prazo de até 02 (duas) horas úteis, encaminhar os documentos de habilitação.

8.1.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.2 - Poderão ser solicitados também, documentos de habilitação complementares, desde que necessários a confirmação daqueles exigidos em edital e já apresentados, dentro do prazo estabelecido no item anterior.

8.3 - Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: licita@patobranco.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo.

8.3.1 - Não serão aceitos documentos em forma de FAX ou equivalente e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

8.4 - Encerrado o prazo determinado, sem que os documentos tenham sido anexados ou a documentação esteja incompleta, o licitante será inabilitado.

8.5 - A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS

8.5.1 - A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso consistirá em:

I - Registro comercial, no caso de empresa individual.

II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

III - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

IV - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

V - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.5.2 - A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

II - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

III - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Receita Federal do Ministério da Fazenda.

IV - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

V - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

VI - Certificado de Regularidade para com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

VII - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

8.5.2.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

8.5.2.2 - Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

8.5.2.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 155 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

8.5.3 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

I - **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo Cartório Judicial Distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar no documento.

II - **Balanco patrimonial e demonstração de resultado do exercício, referentes aos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado nos termos da legislação vigente.

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

b) Os microempreendedores individuais deverão apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis como condição de qualificação econômico-financeira, nos termos do subitem 8.5.3, II.

8.5.4 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:

I - Apresentação de certidão ou atestado de capacidade técnica operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que o licitante demonstre já ter executado, de maneira satisfatória, serviços similares ou de complexidade superior.

1) É considerado como serviço similar e de maior relevância, que a plataforma ofertada possua capacidade de: operacionalizar as licitações nas modalidades pregão, concorrência, dispensa e credenciamento; bem como, os critérios de julgamento de menor preço, maior desconto e maior lance.

8.6 - O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Setor de Licitações do Município de Pato Branco **(DESDE QUE VÁLIDO)** poderá substituir os documentos indicados nos subitens 8.5.1 a 8.5.3, **para a documentação por ele abrangida**.

8.6.1 - Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pelo Pregoeiro.

8.7 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, as declarações obrigatórias exigidas no item 4.4 deste edital.

8.8 - Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira decidirá pela sua INABILITAÇÃO e examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observados os prazos e procedimentos previstos em edital.

8.9 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

9.1 - A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos "sites" na INTERNET, constituindo meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.2 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

9.3 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:

I - Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.

II - Em nome da sede (matriz), se o licitante for a sede (matriz).

III - Em nome da filial, se o licitante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

9.4 - Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

9.5 - Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

9.6 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de classificação e habilitação.

9.7 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.1.1 - A manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.7 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.8 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://patobranco.pr.gov.br>.

11. ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município convocará o adjudicatário a comparecer, no prazo de **até 05 (cinco) dias**, para assinar o Termo de Contrato, que terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, **sob pena de decair ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21**. Nos casos em que o instrumento contratual for encaminhado via correio ou em meio eletrônico, a contratada terá o mesmo prazo para devolução, ou seja, até 05 (cinco) dias contados do recebimento.

11.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que ocorra dentro do prazo e o motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

11.3 - O contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital.

11.4 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5 - Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.6 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 11.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b)** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, PRAZOS, LOCAL, RECEBIMENTO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1 - Das Condições de Entrega

12.1.1 - A execução deste serviço não implicará na emissão de nota de empenho, pois não haverá pagamentos ao fornecedor por não haver custos para o Município.

12.1.2 - Após a assinatura do contrato, o fornecedor será notificado, por meio da emissão de ordem de serviço, pelo fiscal do contrato para disponibilizar acesso à plataforma e iniciar os procedimentos relacionados à integração junto ao sistema de gestão pública.

12.1.3 - O acesso e integração deverão iniciar em até 03 dias úteis após a notificação e serem concluídos em até 10 dias úteis após o seu início.

12.1.4 - Concluída a integração, em até dois dias úteis a empresa deverá agendar curso de capacitação com os servidores do setor de licitação que utilizarão a plataforma, para instrução de sua utilização.

12.1.4.1 - O curso a que se refere o item 12.1.4, poderá ser de forma remota.

12.1.5 - Caso não seja possível a conclusão nos prazos definidos, a empresa deverá comunicar os motivos, que serão analisados e alinhados os novos prazos.

12.1.6 - Será obrigatório o acompanhamento de um técnico qualificado da empresa quando: (i) do lançamento e divulgação do edital, do início ao fim dos procedimentos e (ii) durante a sessão pública da licitação em todas as suas etapas, pelo menos na primeira licitação de cada um dos pregoeiros/agentes de contratação do Município, que atualmente são 05. O mesmo deverá acontecer quando novos agentes forem nomeados.

12.1.6.1 - O acompanhamento a que se refere o item anterior poderá ser remoto.

12.2 - Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

12.2.1 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12.3 - Do Prazo de Vigência

a) O contrato terá duração inicial de 05 anos, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 - Não haverá pagamentos por parte da Prefeitura de Pato Branco, os pagamentos à contratada serão de responsabilidade das empresas que participarem das licitações do Município de Pato Branco.

13.1.1 - A cobrança será fixa e por participação em licitação única.

13.1.1.1 - O valor a ser cobrado por participação única dos licitantes não deve ser superior ao valor adjudicado.

14. DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

14.1 - O valor a ser pago para a aquisição do objeto, poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, pelo índice de inflação com a menor variação no período, dentre os seguintes índices: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) e Indicador Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), considerando-se como data-base para o primeiro reajuste a data da apresentação do orçamento.

14.1.1 - Considera-se a data do orçamento aquela em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da tabela referencial que esteja sendo utilizada.

14.2 - Não se admitirá a imputação ao CONTRATANTE de nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

14.3 - Não será concedido reajuste de preços resultante de atrasos ocorridos unicamente em decorrência da incapacidade da Contratada em cumprir o prazo ajustado.

14.4 - Havendo atraso ou antecipação na execução dos serviços, que decorra da responsabilidade ou iniciativa da Contratada, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

14.4.1 - Quando houver atrasos, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora, se os preços aumentarem, prevalecerá os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação.

14.4.2 - Se os preços diminuírem prevalecerá os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

14.4.3 - A posterior recuperação do atraso não ensejará às atualizações dos índices no período em que ocorrer a mora.

14.4.4 - Caso a variação dos preços ocorra em favor da CONTRATADA, a ela caberá apresentar solicitação formal, que será apreciada e, no caso de deferimento pela CONTRATANTE, formalizada mediante Termo de Apostilamento ou de Aditamento.

14.4.5 - Caso a variação dos preços ocorra em favor da CONTRATANTE, o reajuste será promovido de ofício, com prévia comunicação formal à CONTRATADA.

14.5 - O valor pactuado poderá ser revisto, por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução do contrato tal como pactuado.

14.5.1 - Cabe à administração decidir sobre a solicitação de restabelecimento de preços no prazo de 02 (dois) meses, a partir do protocolo.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5 - O fiscal administrativo do contrato é designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato, conforme art. 16 do Decreto Municipal nº 9.603, de 2023.

15.6 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme art. 15 do Decreto Municipal nº 9.603, de 2023.

15.7 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme art. 14 do Decreto Municipal nº 9.603, de 2023.

15.8 - Nos termos do art. 11, § 1º do Decreto Municipal nº 9.603/2023, a atribuição de gestão do contrato será exercida pelo titular da secretaria demandante, neste caso terá como gestor o Secretário Municipal de Administração e Finanças, o Sr. Paulo Ricardo de Souza Centenaro, matrícula nº 115568/1, ou pela pessoa que o vier a substituir, em razão da alteração da titularidade da pasta.

15.9 - O gestor indica como **fiscal administrativa e técnica** do contrato, a servidora Yara Miotto Chioqueta.

15.10 - O fiscal técnico e fiscal administrativo serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico, contábil e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.

16. ANTICORRUPÇÃO

16.1 - As licitantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução do contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

17. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

17.1 - O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- II** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- III** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- V** - Fraudar a licitação;
- VI** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VII** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas, as seguintes sanções:

- II** - multa;
- III** - impedimento de licitar e contratar;
- IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** - as peculiaridades do caso concreto;
- III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - os danos que da infração provierem para a Administração Municipal;
- V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4 - A sanção de multa, de caráter compensatório, poderá ser aplicada ao licitante ou adjudicatário pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas no item 17, deste edital, observados os percentuais definidos a seguir e no Anexo I do Decreto Municipal nº 10.057/24.

I - A multa compensatória será aplicada nos seguintes percentuais

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor estimado da contratação a que concorre o infrator licitante, pelas seguintes infrações:

1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
3. não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor estimado da contratação a que concorre o infrator licitante, pelas seguintes infrações:

1. não celebrar o contrato;
2. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

3. fraudar a licitação;
 4. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 5. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 6. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II - A pena de multa poderá ser cumulada com as demais sanções de que trata este edital.

17.5 - Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, será aplicado ao responsável pelo período máximo de 03 (três) anos, a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas infrações administrativas previstas nos subitens I, II e III do item 17.1, detalhadas no anexo III do Edital.

17.6 - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelo período máximo de 06 (seis) anos pelas infrações administrativas previstas nos subitens IV, V, VI, VII e VIII do subitem 17.1, detalhadas no anexo III do Edital.

17.7 - A aplicação da sanção de inidoneidade para licitar e contratar será obrigatoriamente precedida de parecer jurídico.

17.8 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente à penalidade de multa.

17.9 - A multa será executada da seguinte forma:

- a) descontada do valor de pagamento devido à apenada;
- b) descontada do valor da garantia, se na modalidade caução em dinheiro;
- c) descontada do valor da apólice de seguro ou fiança;
- d) descontada do valor de pagamento devido à apenada, originado de outras relações jurídicas que mantém com a Administração contratante;
- e) paga diretamente ao erário, recolhida em parcela única no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

17.10 - A aplicação das sanções previstas no item 17.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Municipal.

17.11 - Da aplicação das sanções previstas no item 17 caberá recurso nos termos do artigo 47 do Decreto Municipal nº 10.057/24.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

18.3 - Será facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à

Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

18.3.1 - A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

18.4 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira.

18.5 - As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

18.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

18.7 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Pato Branco, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

18.9 - A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

18.10 - A anulação do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvado o disposto no art. 149 da Lei 14.133/2021.

18.11 - O resultado da licitação será divulgado na sua íntegra pelo Portal COMPRASGOV através do site www.patobranco.pr.gov.br / <https://www.gov.br/compras/pt-br> / <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e estará disponível junto ao Setor de Licitações do Município de Pato Branco.

18.12 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.13 - É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

18.14 - As licitantes deverão indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

18.15 - Caso o sistema eletrônico desconectar para a Pregoeira no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

18.16 - CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

18.17 - Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasgov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será Suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sistema eletrônico.

18.18 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, e a ocorrência será registrada em ata.

18.19 - EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASGOV PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

18.20 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.21 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

18.22 - Na hipótese de lacuna neste Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021, ou na regulamentação local aplicável, poderão ser adotadas, de forma supletiva, as normas editadas pelo Governo Federal que regulamentam a referida Lei, incluindo decretos, instruções normativas e demais atos normativos.

18.23 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Pato Branco - PR.

18.24 - Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

18.25 - Fazem parte deste Edital:

18.25.1 - ANEXO I - Minuta contratual

18.25.2 - ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;

18.25.3 - ANEXO III - Graduação das penalidades;

18.25.4 - ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar;

18.25.5 - ANEXO V - Termo de Referência.

Pato Branco, 04 de maio de 2026.

Geri Natalino Dutra
Prefeito

ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº __/2026/GP

O **Município de Pato Branco**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.448/0001 -54 com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, centro, CEP: 85.501-064 em Pato Branco - PR, neste ato representado pelo seu Prefeito, o Sr. **Geri Natalino Dutra**, brasileiro, portador do RG nº 4551478-1, inscrito no CPF nº 648.471.369-34, residente e domiciliado na Rua Candido de Abreu, nº 25, bairro Jardim Primavera, CEP 85502-360, em Pato Branco – PR, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____ estabelecida _____, em _____, neste ato representada por _____, _____, inscrito no CPF nº _____, portador do RG nº _____, residente e domiciliado em _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, tendo certa e ajustada a contratação, adiante especificada, a qual a licitação foi promovida por meio do **Edital de Pregão Eletrônico nº 21/2026 - Processo nº 66/2026**, conforme processo administrativo nº 2687/2026, que independente da sua transcrição, integra o presente contrato, será regido pelas disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 9.571 de 04 de julho de 2023, do Código Civil e do Código do Consumidor e demais legislações pertinentes à matéria, conforme cláusulas e condições a seguir enunciada:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

I - Constitui objeto do presente contrato a contratação de plataforma eletrônica para a realização de compras públicas, nos termos do art. 175, § 1º da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, para execução das licitações eletrônicas nas modalidades: pregão, dispensa, concorrência, leilão e credenciamento, para atender as necessidades do setor de licitação, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme segue:

Item	Qde	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total

II - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a Proposta de Preços do Contratado e eventuais anexos dos documentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR

I - O valor certo e ajustado para a contratação do objeto do presente contrato é de R\$

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, PRAZOS, LOCAL, RECEBIMENTO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

I - Das Condições de Entrega

a) A execução deste serviço não implicará na emissão de nota de empenho, pois não haverá pagamentos ao fornecedor por não haver custos para o Município.

- b) Após a assinatura do contrato, o fornecedor será notificado, por meio da emissão de ordem de serviço, pelo fiscal do contrato para disponibilizar acesso à plataforma e iniciar os procedimentos relacionados à integração junto ao sistema de gestão pública.
- c) O acesso e integração deverão iniciar em até 03 dias úteis após a notificação e serem concluídos em até 10 dias úteis após o seu início.
- d) Concluída a integração, em até dois dias úteis a empresa deverá agendar curso de capacitação com os servidores do setor de licitação que utilizarão a plataforma, para instrução de sua utilização.
- 1) O curso a que se refere a linha “d”, poderá ser de forma remota.
- e) Caso não seja possível a conclusão nos prazos definidos, a empresa deverá comunicar os motivos, que serão analisados e alinhados os novos prazos.
- f) - Será obrigatório o acompanhamento de um técnico qualificado da empresa quando: (i) do lançamento e divulgação do edital, do início ao fim dos procedimentos e (ii) durante a sessão pública da licitação em todas as suas etapas, pelo menos na primeira licitação de cada um dos pregoeiros/agentes de contratação do Município, que atualmente são 05. O mesmo deverá acontecer quando novos agentes forem nomeados.
- 1) O acompanhamento a que se refere o item anterior poderá ser remoto.

II - Da Garantia

- a) O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

III - Da Subcontratação:

- a) Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

IV - Do Prazo de Vigência:

- a) O contrato terá duração inicial de 05 anos, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

I - Recebimento do Objeto

- a) O recebimento do objeto se dará conforme o disposto no artigo 140, inciso II, alíneas “a” e “b” e art. 18, do Decreto Municipal nº 9603/2023, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:
- 1) Os serviços serão considerados recebidos provisoriamente pela fiscal do contrato após a etapa de implantação e integração da plataforma com o módulo de licitações e contratos do sistema de gestão pública e disponibilização dos acessos aos agentes do Município de Pato Branco.
- 2) O recebimento definitivo ocorrerá com a finalização do primeiro processo licitatório, considerando-se da divulgação até a homologação do processo.
- i) A fiscal emitirá termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- b) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- c) A Contratada fica obrigada a reparar, refazer ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de falhas na execução, cabendo à

fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas, no prazo determinado pelo gestor do contrato/ata.

d) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

e) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato/ata.

II - Prazo e Forma de Pagamento

a) Não haverá pagamentos por parte da Prefeitura de Pato Branco, os pagamentos à contratada serão de responsabilidade das empresas que participarem das licitações do Município de Pato Branco.

1) A cobrança será fixa e por participação em licitação única.

2) O valor a ser cobrado por participação única dos licitantes não deve ser superior ao valor adjudicado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DA CONTRATADA

I - Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação.

II - Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

III - Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

IV - Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

V - Assegurar ao Município de Pato Branco, durante o período de vigência da ata, o repasse de todos os preços e vantagens ofertadas no mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que o registrado;

VI - Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VII - Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito aos custos, encargos ou despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive quanto às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciária, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante.

VIII - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

IX - A obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

X - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela gestão contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

XI - Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

XII - Comunicar ao MUNICIPIO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

XIII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste instrumento, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

XIV - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

XVII - A plataforma deve estar disponível em tempo integral para atender às necessidades de compra pública, garantindo estabilidade, rapidez e segurança.

XVIII - O contratado deve realizar as atualizações necessárias na plataforma para manter a conformidade com as normas e garantir eficiência.

XIX - O contratado deve assegurar a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados inseridos na plataforma, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

XX - Garantir que a plataforma esteja livre de vulnerabilidades que possam comprometer as informações ou o processo licitatório.

XXI - Disponibilizar suporte para usuários da plataforma, seja para a contratante ou fornecedores, oferecendo canais de atendimento para resolução de dúvidas ou problemas técnicos.

XXII - Oferecer treinamento aos servidores públicos e usuários sobre o uso da plataforma, assegurando que todos tenham acesso a um manual de operação ou cursos sobre suas funcionalidades.

XXIII - Assegurar que a plataforma funcione em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes às compras públicas.

XXIV - Garantir que todos os processos realizados na plataforma sejam auditáveis, permitindo o acompanhamento e fiscalização por órgãos competentes.

XXV - A plataforma deve ser capaz de se integrar a outros sistemas públicos de compras e controle.

XXVI - O contratado deve fornecer relatórios periódicos sobre o funcionamento da plataforma e os processos realizados, assegurando a transparência na utilização do sistema.

XXVII - O contratado deve se responsabilizar por eventuais falhas no sistema que prejudiquem o processo licitatório, sendo necessário agir rapidamente para corrigir problemas.

XXVIII - Deve manter planos de contingência em caso de falhas graves, que possam garantir a continuidade dos serviços.

XXIX - A plataforma e todos os serviços associados devem ser disponibilizados e operacionalizados dentro dos prazos estipulados no contrato.

XXX - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

XXXI - Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações (PNCP), conforme legislação vigente.

XXXII - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XXXIII - O valor adjudicado é o valor máximo por participação única que a empresa poderá cobrar dos licitantes interessados em participar do processo licitatório do Município de Pato Branco.

XXXIV - Observar no geral, as condições estabelecidas no tópico: DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO do estudo técnico preliminar, as quais deverão ser atendidas integralmente.

DA CONTRATANTE

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo FORNECEDOR/PRESTADOR, de acordo com o Contrato e seus anexos;

II - Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Contrato, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.

III - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.

IV - Notificar o FORNECEDOR/PRESTADOR, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, as suas expensas;

V - Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

VI - Providenciar a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo FORNECEDOR/PRESTADOR;

VII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas a execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO DO CONTRATO

I - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

III - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

IV - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

V - O fiscal administrativo do contrato é designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato, conforme art. 15 do Decreto Municipal nº 9.603, de 2023.

VI - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme art. 16 do Decreto Municipal nº 9.603, de 2023.

VII - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme art. 14 do Decreto Municipal nº 9.603, de 2023.

VIII - Nos termos do art. 11, § 1º do Decreto Municipal nº 9.603/2023, a atribuição de gestão do contrato será exercida pelo titular da secretaria demandante, neste caso terá como gestor o Secretário Municipal de Administração e Finanças, o Sr. Paulo Ricardo de Souza Centenaro, matrícula nº 115568/1, ou pela pessoa que o vier a substituir, em razão da alteração da titularidade da pasta.

IX - O gestor indica como **fiscal administrativa e técnica** do contrato, a servidora Yara Miotto Chioqueta.

X - O fiscal administrativo e o técnico serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico, contábil e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

14.1 - O valor a ser pago para a execução do objeto, poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, pelo índice de inflação com a menor variação no período, dentre os seguintes índices: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) e Indicador Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), considerando-se como data-base para o primeiro reajuste a data da apresentação do orçamento, conforme Decreto Municipal nº 10.110/24.

14.1.1 - Considera-se a data do orçamento aquela em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da tabela referencial que esteja sendo utilizada.

14.2 - Não se admitirá a imputação ao CONTRATANTE de nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

14.3 - Não será concedido reajuste de preços resultante de atrasos ocorridos unicamente em decorrência da incapacidade da Contratada em cumprir o prazo ajustado.

14.4 - Havendo atraso ou antecipação na execução dos serviços, que decorra da responsabilidade ou iniciativa da Contratada, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

14.4.1 - Quando houver atrasos, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora, se os preços aumentarem, prevalecerá os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação.

14.4.2 - Se os preços diminuírem prevalecerá os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

14.4.3 - A posterior recuperação do atraso não ensejará às atualizações dos índices no período em que ocorrer a mora.

14.4.4 - Caso a variação dos preços ocorra em favor da CONTRATADA, a ela caberá apresentar solicitação formal, que será apreciada e, no caso de deferimento pela CONTRATANTE, formalizada mediante Termo de Apostilamento ou de Aditamento.

14.4.5 - Caso a variação dos preços ocorra em favor da CONTRATANTE, o reajuste será promovido de ofício, com prévia comunicação formal à CONTRATADA.

14.5 - O valor pactuado poderá ser revisto, por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução do contrato tal como pactuado.

14.5.1 - Cabe à administração decidir sobre a solicitação de restabelecimento de preços no prazo de 02 (dois) meses, a partir do protocolo.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

I - A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a** - dar causa à inexecução parcial do objeto;
- b** - dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c** - dar causa à inexecução total do objeto;
- d** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e** - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f** - praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- g** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas, as seguintes sanções:

- a** - advertência;
- b** - multa;
- c** - impedimento de licitar e contratar;
- d** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

III - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a** - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b** - as peculiaridades do caso concreto;
- c** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d** - os danos que dela provierem para a Administração Municipal;
- e** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

IV - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando o contratado der causa à inexecução parcial do objeto, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave.

V - O atraso injustificado na execução contratual sujeitará o contratado à multa de mora, de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento).

VI - A sanção de multa, de caráter compensatório, poderá ser aplicada ao contratado pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas no inciso I deste Contrato, observados os percentuais definidos a seguir e no Anexo I do Decreto Municipal nº 10.057/24:

- a)** de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, quando o contratado dar causa à inexecução parcial do objeto.
- b)** de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, pelas seguintes infrações:

1. apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 2. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 5. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- c) 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente no caso de inexecução total do objeto.

VII - Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, será aplicado ao responsável pelo período máximo de 03 (três) anos, a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas infrações administrativas previstas nos subitens b, c e d do inciso I, detalhadas no Anexo III do edital e Anexo I do Decreto Municipal nº 10.057/24.

VIII - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelo período máximo de 06 (seis) anos pelas infrações administrativas previstas nos subitens e, f, g, h do inciso I detalhadas no Anexo III do edital e no Anexo I do Decreto Municipal nº 10.057/24.

IX - A aplicação da sanção de inidoneidade para licitar e contratar será obrigatoriamente precedida de parecer jurídico.

X - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente à penalidade de multa.

XI - A multa será executada da seguinte forma:

- a) descontada do valor de pagamento devido à apenada;
- b) descontada do valor da garantia, se na modalidade caução em dinheiro;
- c) descontada do valor da apólice de seguro ou fiança;
- d) descontada do valor de pagamento devido à apenada, originado de outras relações jurídicas que mantém com a Administração contratante;
- e) paga diretamente ao erário, recolhida em parcela única no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

XII - A aplicação das sanções previstas no inciso II não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Municipal.

XIII - Da aplicação das sanções previstas nesta cláusula caberá recurso nos termos do artigo 47 do Decreto Municipal nº 10.057/24.

CLÁUSULA NONA - ANTICORRUPÇÃO

I - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico

financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA - EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

I - A extinção do contrato poderá ocorrer nos termos previstos dos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco - PR para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se a bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pato Branco, ____ de _____ de 2026.

Município de Pato Branco - Contratante

Geri Natalino Dutra - Prefeito

- Contratada

- Representante Legal

ANEXO II
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**A/C****Pregoeiro do****Município de Pato Branco - PR****Pregão Eletrônico nº 21/2026**

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____-_____; e-mail _____@_____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epígrafe que tem por a objeto a Contratação de plataforma eletrônica para a realização de compras públicas, nos termos do art. 175, § 1º da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, para execução das licitações eletrônicas nas modalidades: pregão, dispensa, concorrência, leilão e credenciamento, para atender as necessidades do setor de licitação, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme segue:

Lote	Item	Qtde	Un	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total

Prazo de Validade da Proposta é de: no mínimo 90 (noventa) dias.***A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.***

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

Responsável pela assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços:

Nome: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

ANEXO III
GRADUAÇÃO DAS PENALIDADES

Parte 1 - Condutas Infratoras Relacionadas à Fase Licitatória

	Condutas infratoras relacionadas à fase licitatória	Ocorrência e Reincidência				
		Grau de Severidade				
		Moderado			Grave	
		M1	M2	M3	G1	G2
1	Deixar de apresentar proposta de preços ajustada, documentos pertinentes da proposta, catálogos ou documentos de habilitação			1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez
2	Deixar de enviar amostras, ou encaminhar em evidente desconformidade com o instrumento convocatório				1ª Vez	2ª Vez
3	Abandonar o certame				1ª Vez	2ª Vez
4	Deixar de atender as diligências ou de enviar documentos relacionados às diligências	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
5	Manifestar intenção de recurso meramente protelatório (nos casos em que não há apresentação de razões recursais ou desistência do recurso)			1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez
7	Solicitar desclassificação do item vencido, sem a devida justificativa	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
8	Recusar-se a assinar Ata de Registro de Preços ou Contrato					1ª Vez
9	Deixar de apresentar garantia exigida em edital no ato da assinatura do contrato			1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez
10	Agir em conluio com outros fornecedores com vistas a frustrar o certame					1ª Vez
11	Tumultuar o certame visando frustrar os objetivos da licitação				1ª Vez	2ª Vez
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013					1ª Vez
13	Apresentar declaração falsa					1ª Vez

* O rol de infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de sanções em razão de outras condutas previstas em lei, edital ou contrato.

** As infrações serão consideradas de grau leve, moderado ou grave.

*** As sanções serão aplicadas conforme segue:

A) Pelas condutas infratoras relacionadas nas **linhas 01 a 09**, será aplicada multa compensatória que será calculada da seguinte forma:

- M1 = 1% (um por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.
- M2 = 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.
- M3 = 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.
- G1 = 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.
- G2 = 15% (quinze por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.

B) A aplicação das multas de grau G2 poderá ser acompanhada da sanção de **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Pato Branco pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) meses.

C) Pelas condutas infratoras relacionadas nas **linhas 10 a 13** será aplicada multa compensatória que será calculada da seguinte forma:

- G1 = 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.
- G2 = 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação a que concorre o licitante infrator.

D) A aplicação da multa de Graus G1 ou G2 será acompanhada da **declaração de inidoneidade para licitar e contratar** pelo período mínimo de 03 (três) anos.

Parte 2 - Condutas Infratoras Relacionadas à Fase Da Execução Contratual

	Condutas relacionadas à fase da execução contratual	Ocorrência e Reincidência					
		Grau de Severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
13	Não manter atualizados os registros para contato de e-mail, telefone	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
14	Não responder a contatos e/ou solicitações da administração	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
15	Preposto ou integrante da equipe não se apresentar em reunião pré-agendada, sem a devida justificativa	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
16	O não cumprimento de cláusulas contratuais, além das já especificadas nas demais linhas	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
17	Não manter, durante toda a execução contratual as mesmas condições de habilitação	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
18	O desatendimento de determinações regulares da equipe de fiscalização	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
19	Emitir nota fiscal sem autorização de faturamento ou atrasar a apresentação da nota fiscal sem justificativa	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
20	Envio de notas fiscais fora das exigências do instrumento convocatório	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
21	Subcontratar total ou parcial do objeto, sem a devida autorização	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
22	Deixar de fornecer ou fiscalizar o uso de equipamentos de proteção individual e equipamentos de proteção coletiva	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
23	Responsável técnico deixar de acompanhar efetivamente a execução da obra ou serviço	1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez	6ª Vez
24	Atrasar injustificadamente o início da execução do objeto		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
25	Falhar na execução pós entrega, como deixar de atender garantias legais ou corrigir falhas em instalações		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
26	Causar lentidão no cumprimento do serviço ou obra, impossibilitando a administração da sua conclusão		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
27	Deixar de cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os funcionários envolvidos na execução do objeto		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
28	Suspender ou interromper os serviços salvo por motivo de força maior ou caso fortuito devidamente ACEITO pelo contratante		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
29	Quando ficar evidenciado que o fornecedor realizou atividade de quebra ou ameaça à segurança das informações da Administração Municipal		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
30	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização		1ª Vez	2ª Vez	3ª Vez	4ª Vez	5ª Vez
31	Abandonar a execução contratual						1ª Vez
32	Desistir de prorrogação contratual após sua expressa						1ª Vez

	manifestação de interesse na prorrogação						
33	Atrasar a execução contratual, quando ensejar a rescisão do contrato						1ª Vez
34	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1ª Vez
35	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013						1ª Vez

* O rol de infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de sanções em razão de outras condutas previstas em lei, edital ou contrato.

** As infrações serão consideradas de grau leve, moderado ou grave.

*** As sanções serão aplicadas conforme segue:

A) Para as infrações cometidas que sejam consideradas de grau leve (L1), será aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, sem aplicação de multa.

B) Pelas condutas infratoras relacionadas nas linhas **13 a 24**, será aplicada multa compensatória que será calculada da seguinte forma:

- M1 = 1% (um por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- M2 = 2% (dois por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- M3 = 5% (cinco por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- G1 = 10% (dez por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- G2 = 15% (quinze por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.

C) A aplicação das multas de grau G2 poderá ser acompanhada da sanção de **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Pato Branco pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) meses.

D) Pelas condutas infratoras relacionadas nas **linhas 25 a 30**, será aplicada a penalidade de multa compensatória que será calculada da seguinte forma:

- M1 = 15% (quinze por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- M2 = 20% (vinte por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- M3 = 20% (vinte por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- G1 = 25% (vinte e cinco por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.
- G2 = 30% (trinta por cento) do valor sobre a parcela inadimplida.

E) A aplicação das multas de grau G2 poderá ser acompanhada da sanção de **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Pato Branco pelo prazo de 03 (três) anos.

F) Pelas condutas infratoras relacionadas nas linhas **31 a 33** será aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre instrumento equivalente e a penalidade de **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Pato Branco pelo período de 03 (três) anos.

Pelas condutas infratoras relacionadas nas linhas **34 e 35** será aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre o instrumento equivalente e a sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** pelo período mínimo de 03 (três) anos.

ANEXO IV
ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

ANEXO V
TERMO DE REFERENCIA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 231A-C4C3-B9FD-C264

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GERI NATALINO DUTRA (CPF 648.XXX.XXX-34) em 04/05/2026 11:02:50 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/231A-C4C3-B9FD-C264>

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento trata-se de Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com o disposto no art. 18, I c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 2º a 5º do Decreto Municipal nº 9.604/2023, que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda descrita abaixo, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar e embasar eventual Termo de Referência.

Neste sentido, o presente documento expõe resultados dos estudos realizados e busca descrever a solução que atenderá à necessidade especificada, caracterizando a primeira etapa da fase de planejamento de eventual contratação que venha a se mostrar adequada e necessária, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Considerando que a regulamentação e o início da obrigatoriedade da formalização dos processos licitatórios exclusivamente pela Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, reforçou a preferência da realização dos processos sob a forma eletrônica:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Formato este que já vinha sendo amplamente difundido nas contratações públicas, e já era regulamentado tanto no âmbito Federal, pelo Decreto nº 10.024/19, quanto no âmbito Municipal, por meio do Decreto nº 8.574/19.

Atualmente o Setor de Licitação do Município de Pato Branco utiliza como meio eletrônico de operacionalização das licitações, a Plataforma Compras.gov.br, que é disponibilizada pelo Governo Federal de forma gratuita para os entes e para os licitantes;

As modalidades, forma de julgamento, modo de disputa e fases que são possíveis operacionalizar dentro da plataforma são: Modalidades: Pregão, Concorrência, Dispensa, Tomada de Preços, Convite e Concurso, sendo que apenas nas três primeiras há possibilidade de operacionalização da sessão pública, disputa de lances e envio de documentos e proposta diretamente pela plataforma, as demais são utilizadas pelos órgãos federais apenas para divulgação do edital - inclusive a tomada de preços já extinta.

Os modos de disputa disponíveis: Aberto, Aberto e Fechado e Fechado e Aberto.

Quanto as fases de julgamento possíveis de se operar, é apenas quando a fase de habilitação sucede a fase de classificação, regra geral das licitações¹.

Além disso, só é possível operacionalizar licitações com critério de julgamento de menor preço ou maior desconto, ou seja, não é possível que se realize licitações cujo critério de julgamento

¹ Chamado aberto junto à plataforma Compras.Gov em 05/08/2025.



seja por técnica, técnica e preço, maior lance e maior retorno econômico.

Outra dificuldade enfrentada na utilização da plataforma atual é a falta de integração com os sistemas de gestão pública². O compras.gov.br não disponibiliza integração com os sistemas e todos os lançamentos de itens precisa ser feito (i) no lançamento da requisição de necessidades pela área demandante, (ii) no lançamento dos itens da licitação na plataforma, incluindo a descrição, valor unitário, local de entrega e quantidade e (iii) quando concluída a licitação para informar no sistema os valores vencidos, marcas ofertadas e o fornecedor vencedor.

Atualmente, nesta última etapa é lançado apenas o fornecedor vencedor do item, ou seja, o primeiro classificado, porém, para o ano de 2026 o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio da nota técnica nº 009/2025 - SIM-AM³, que segue anexa, passou a exigir que sejam cadastrados e lançados todos os fornecedores participantes dos processos, independente de sua classificação no item/lote. Para este cadastro, o servidor responsável precisa lançar: CNPJ, razão social, endereço, representantes legais e endereço dos representantes legais.

Estima-se que para o lançamento de uma licitação de 100 itens na plataforma compras.gov.br o pregoeiro leva em média 04 horas, e que para esta mesma licitação ser lançada na sua etapa de homologação, considerando 10 fornecedores vencedores (habilitação + proposta + cadastro de fornecedores) leva em média 08 horas. Há licitações com menos itens, com poucos fornecedores vencedores, que levará menos tempo de lançamento, da mesma forma que licitações com mais itens, com um número maior de fornecedores vencedores que levará mais tempo, sendo que esta etapa tomará um tempo maior na operacionalização dos lançamentos com a exigência de ter que cadastrar todos os participantes do processo, vencedores ou não. Há casos em que em um único item participam mais de 10 empresas, como por exemplo, a concorrência nº 06/2024, em que participaram 21 empresas, o Pregão 51/2025, cujo item 01 teve 61 participantes ou o Pregão 43/2024 em que participaram 72 empresas.

Além do mais, a plataforma está parametrizada para que, automaticamente, reclassifique os fornecedores que declararem que desenvolvem programas de integridade em caso de empate real entre eles e após a disputa final feita pela plataforma. Este é um dos critérios utilizados para desempate pelo art. 60 da Lei 14.133/2021. Contudo, a Lei Geral de Licitações estabelece como ordem de desempate, os seguintes critérios:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; [\(Vide Decreto nº 11.430, de 2023\)](#) [Vigência](#)

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Dessa forma, sempre que há empate real entre os fornecedores, o pregoeiro/agente de

² Chamado aberto junto à plataforma Compras.Gov em 12/11/2025

³ Nota técnica nº 009/2025 SIM-AM



contratação precisa desconsiderar a reclassificação dos fornecedores e iniciar a análise dos outros critérios definidos na Lei. Importante informar que a regulamentação local e os editais deste Município estão adequados à ordem estabelecida na legislação vigente.

Neste sentido, torna-se imprescindível que o setor de licitação busque uma alternativa diferente à da plataforma já utilizada e que possibilite a realização de pregão, concorrência, dispensa, credenciamento e leilão; da inversão de fases; pelo menos de licitações com critérios de julgamento de menor preço, maior desconto e por maior lance (como é o caso dos leilões e das permissões de uso), que não insira ordens de desempate diferentes da estabelecida na Lei 14.133/21 e, principalmente, que seja possível integrar com o sistema de gestão pública. Essa busca visa não só ampliar a transparência e a competitividade (uma vez que se possibilitará a realização de leilões, por exemplo, eletronicamente) mas principalmente, propõe agilizar o trâmite interno relacionado aos lançamentos, visto que, a integração reduzirá consideravelmente o tempo de trabalho operacional dos servidores deste setor.

ALINHAMENTO COM PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, na linha 375.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para uma correta análise das possíveis soluções, inicialmente é de se esclarecer que não foram identificados no mercado “softwares de prateleira”, disponíveis como produtos que pudessem atender a necessidade da administração. Dessa forma, a aquisição ou locação de licenças de software para essa especificidade não é uma opção.

Em análise às opções disponíveis no mercado, resultou na informação de que há portais específicos para estados e municípios, como :

Bolsa de Compras/SP⁴ o qual informa se tratar do ambiente eletrônico de compras públicas do Estado de São Paulo: *A Bolsa Eletrônica de Compras – BEC/SP é um ambiente eletrônico de negociações para aquisição de bens e serviços da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Estado de São Paulo, das Entidades e dos Municípios Paulistas conveniados. Seu objetivo é selecionar a proposta mais vantajosa, economizando o dinheiro público e atendendo à legislação de compras governamentais.*

Compras Eletrônica RS⁵, que trata-se de um *portal de comércio eletrônico disponibilizado na Internet para que o Estado do Rio Grande do Sul realize as compras e contratações de bens e serviços para o Estado por meio eletrônico e em ambiente totalmente seguro e com total transparência a sociedade.*

Compras RJ⁶, que em solicitação aberta requerendo informações se era possível que outros entes federados como Municípios de outros estados utilizassem a plataforma, não houve uma resposta direta, apenas informações de cadastro para fornecedores.

⁴ https://www.bec.sp.gov.br/BECSP/Quem_Somos/Quem_Somos_BEC_novo.aspx, acessado em 07/01/2026.

⁵ <https://www.compras.rs.gov.br/>, acessado em 07/01/2026.

⁶ Solicitação feita em 07/01/2026 - Documentos: Solicitação Compras RJ e Resposta Solicitação Compras RJ



Compras MG⁷ - Que em resposta à solicitação de informações, o retorno foi de que o sistema eletrônico é mantido pelo governo do Estado de Minas Gerais e que centraliza os procedimentos de licitação, compras, contratações e cadastro de fornecedores no âmbito da administração pública estadual.

Portal da Caixa Econômica - que não foram localizadas informações oficiais a respeito, pois o manual⁸ localizado contempla somente informação sobre o pregão e no site não menciona como funciona para que outros órgãos públicos utilizem a plataforma. Em tentativa de atendimento com o “fale conosco” o canal direciona para o whatsapp e as mensagens são automáticas não havendo a opção de solicitação de informação sobre a plataforma.

Além do próprio Compras.govbr utilizado hoje pelo Município.

Outra opção encontrada para viabilizar uma alternativa a já utilizada pelo setor de licitação, são as plataformas privadas. Algumas das encontradas nas buscas são: Licitações-e (do Banco do Brasil), a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL), a Bolsa Nacional de Compras (BNC), o ComprasBr, o Licitanet, a Licitar Digital. Estas plataformas são gratuitas para o órgão licitador, mas todas tem custo para o fornecedor.

Dessa forma, considerando as opções possíveis para este Município, que são as plataformas privadas, uma vez que as públicas são específicas para determinados entes, há duas formas de contratação: a primeira é por termo de adesão do Município junto à plataforma e a segunda é por meio de processo licitatório. Sendo esta última a opção mais adequada para este Município.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que a necessidade da administração seja atendida, é de extrema importância que a solução seja executada por empresa qualificada, a fim de mitigar a incidência de erros. De maneira geral, é necessário que a empresa possua experiência prévia na sua execução, isto porque, todos os processos relacionados à execução da operacionalização das licitações que forem desenvolvidos, precisam estar adequados à legislação atual, em especial à Lei 14.133/21.

Dessa forma, além dos quesitos mínimos de habilitação estabelecidos na Lei 14.133/21, a empresa vencedora precisará comprovar experiência prévia mediante apresentação de atestado de qualificação técnica operacional que demonstre já ter executado de maneira satisfatória serviços similares ou de complexidade superior, sendo considerados como serviço similar e de maior relevância, que a plataforma ofertada possua capacidade de: operacionalizar as licitações nas modalidades pregão, concorrência, dispensa e credenciamento; bem como os critérios de julgamento de menor preço, maior desconto e maior lance;

A exigência de atestado de capacidade técnica encontra amparo no art. 67, inc. II da Lei 14.133/21 e é medida de segurança à contratação que garante que a empresa possua experiência comprovada na execução pretendida, minimizando os riscos de falhas operacionais.

Vale ressaltar que as comprovações solicitadas não dizem respeito ao total da necessidade desta administração, sendo que as modalidades, critérios de julgamento e forma de julgamento, são

⁷ Resposta obtida em 08/01/2026 - Documento: Resposta Solicitação Compras MG

⁸ Documento: Manual de compras caixa



exigências mínimas para seguir com a operacionalização dos processos mais corriqueiros sem comprometer o andamento dos trabalhos do setor demandante.

Dos Requisitos Legais:

A contratada deverá observar as disposições da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Federal nº 13.853/2019 e ao Decreto Municipal nº 9.591/2023, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhe forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

A Contratada deve adotar medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais tratados no sistema, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), incluindo:

Confidencialidade e Segurança: Implementar criptografia, autenticação de múltiplos fatores e controle de acesso baseado em níveis de permissão.

Plano de Gerenciamento de Incidentes: Desenvolver e manter um plano para responder aos incidentes de segurança, com comunicação formal à Contratante em até 24 horas, após a detecção de falhas ou vazamentos.

Consentimento e Finalidade: Certificar-se de que todos os dados coletados tenham base legal clara, respeitando os princípios de finalidade e necessidade.

Estar em conformidade com a norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013.

Buscar nas leis, normas e manuais mantidos pelos órgãos competentes, meios para manter o sistema atualizado, não cabendo à Contratante informar a Contratada das mudanças legais, com exceção de leis específicas do município de Pato Branco – PR.

Dos Requisitos de Segurança de Informação:

Todos os resultados dos serviços/produtos desenvolvidos pela Contratada, como dados e arquivos, deverão estar disponíveis para a Contratante, que terá direito patrimonial e de propriedade intelectual sobre os mesmos.

Dos Requisitos de Manutenção, Definindo a Necessidade de Manutenção Preventiva, Corretiva, Evolutiva e Adaptativa:

A resposta aos chamados da administração deverá ser realizada, no máximo, em até 02 horas úteis, em razão da possibilidade de prejudicar os certames agendados.

A Contratada deverá manter os serviços de atualização preventiva, corretiva, adaptativa e/ou evolutiva (Legais), parametrização, conversão de base de dados, treinamento básico, pelo período de validade da licença, conforme a necessidade da Contratante.

A Contratada deverá garantir:

Suporte Técnico Contínuo: Atendimento disponível em horário comercial (segunda a sexta, 08h às 17h30), com opções para contato via telefone, chat, e e-mail.

Atualizações Evolutivas: Inclusão de novas funcionalidades conforme legislação ou requisitos técnicos futuros, sem custo adicional durante a vigência do contrato.

Operação Assistida: Disponibilidade de um técnico para acompanhamento *in loco* nos primeiros processos após a implantação para cada pregoeiro/agente de contratação, pelo menos no primeiro processo lançado, desde o lançamento, migração até a homologação (8 servidores).



Dos Requisitos Tecnológicos:

A implantação, parametrização, configuração e customização do sistema deverão ser feitos por técnicos treinados e certificados, comprovados através de atestado emitido pelo fabricante e conforme orientações da Secretaria demandante.

Fornecer operação assistida durante o período de implantação do sistema, auxiliando os usuários na operação da solução.

Garantir os serviços de atendimento e suporte técnico, pelo período de validade do Contrato, disponíveis em horário comercial, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 12h00min – 13h30min às 17h30min, (exceto feriados), presencial e/ou através dos meios de comunicação. Atendimento em língua portuguesa (BR).

Consideram-se meios de comunicação para fins de atendimento: telefone fixo ou móvel, correio eletrônico, área de bate papo (chat) interno do sistema (opcional, se contido no sistema), ferramentas de videoconferência e mensagens instantâneas.

A solução deve proporcionar a disponibilidade, a integridade e a segurança de todas as informações da Administração municipal por ela gerenciadas e armazenadas.

A Contratada deve executar ações preventivas e proativas com vistas à otimização e a garantia da disponibilidade e da eficiência da solução gerenciada.

A Contratada deve utilizar os recursos do provedor e as ferramentas tecnológicas necessárias para a execução dos serviços de gerenciamento, sem ônus adicional à Contratante.

A Contratada deve assegurar a alta disponibilidade, a segurança da solução, o pleno funcionamento dos mecanismos de *backup* e de recuperação de desastres. Os serviços de gerenciamento deverão ser executados por profissionais especializados no provedor de nuvem ofertado.

Em caso de encerramento contratual, manter disponíveis os dados da Contratante.

Apresentar no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Contratante, a relação atualizada com o nome do representante da Contratada e/ou preposto, para o acompanhamento contratual, bem como dos profissionais que farão a manutenção e o suporte técnico.

Comunicar formal e tempestivamente a Contratante, sobre a ocorrência de riscos, ameaças ou incidentes de segurança que possam acarretar comprometimento ou dano ao titular dos dados pessoais.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A plataforma deverá manter sistema eletrônico acessível por meio da internet, que automatize o processo de licitação para aquisição de bens e contratação de serviços.

Deverá ser 100% web.

Deverá possibilitar:

- a realização de licitações eletronicamente nas modalidades: pregão, concorrência, dispensa, credenciamento e leilão.

- realizar licitações no mínimo com a forma de julgamento: menor preço, maior desconto, técnica, técnica e preço e maior lance.



- realizar licitações com julgamento aberto, fechado e combinados.
- que seja possível operacionalizar a inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/21.
- que haja obrigatoriamente integração com o PNCP para divulgação dos documentos do certame, bem como, atas de registro de preços e contratos.
- que haja integração com o sistema de gestão pública Governança Brasil, módulo licitações e contratos (LC).
- a realização de processos licitatórios simultâneos (do mesmo órgão);
- auditoria de todas as transações realizadas por meio de registro de usuários utilizando os procedimentos de segurança, tais como autenticação, assinatura eletrônica, segurança criptografada de histórico de chaves e senhas, armazenamento de dados em nuvem;
- possibilitar a qualquer cidadão o acompanhamento dos processos licitatórios;
- segurança da informação (LGPD);
- treinamento inicial gratuito para usuários da Prefeitura + materiais (manuais / vídeos) para fornecedores.
- quantitativo ilimitado de acessos por perfil;
- possuir e disponibilizar para consulta do pregoeiro/agente de contratação ficha com as informações de contato das empresas participantes da licitação;
- divulgar e dar publicidade, na própria plataforma *web*, a todas as licitações nela cadastradas;
- garantir transparência aos dados dos processos licitatórios, com acesso amplo aos cidadãos e órgãos de controle interno e externo;
- o acesso e a participação de fornecedores de todo o país;
- o trâmite da totalidade da fase externa de processos licitatórios: cadastramento de edital; cadastramento pelas empresas licitantes de proposta e documentos; realização da fase de lances; formas de desempate, incluindo sorteio eletrônico; negociação; julgamento e habilitação; fase recursal; homologação/revogação/anulação; reabertura e retorno de fases;
- operacionalizar de forma automática os benefícios garantidos a microempresas e empresas de pequeno porte, a que se refere a Lei Complementar nº 123/2006, inclusive possibilitando ao pregoeiro/agente de contratação a alteração da ordem de classificação, pós disputa, em razão da priorização de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;
- atender plenamente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas;
- possibilitar aos usuários acesso ao sistema, no mínimo, por meio de login e senha;
- possuir integração com o módulo LC, do software de gestão pública da empresa Governança Brasil.
- o suporte deverá possuir canais diretos de chamadas para quaisquer intercorrências ocorridas no sistema, disponibilizando canais diretos, número de telefone e Whatsapp.
- a resposta aos chamados da administração deverá ser realizada, no máximo, em até 02 horas úteis, em razão da possibilidade de prejudicar os certames agendados.



- promover o desempate previsto no inc. I do art. 60 da Lei 14.133/21, somente para os licitantes empatados e independente da ordem de classificação em que se encontrarem.

- promover o desempate previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, tantas vezes quanto necessário, independente da ordem de classificação dos licitantes empatados e do momento em que o empate ocorreu, se trata-se da primeira, segunda, terceira convocação e assim sucessivamente.

- emitir alerta sobre ambos os empates para que o pregoeiro/agente de contratações consiga visualizar sobre o empate e informe aos licitantes.

- abrir prazo de intenção de recurso tanto da fase de julgamento de propostas quanto da fase de habilitação, conforme disciplina o inc. I, alíneas “b” e “c”, do art. 165 da Lei 14.133/21.

Oferecer suporte técnico especializado e gratuito para sanar dúvidas para contratante e usuários (fornecedores) sobre a plataforma e resolver de forma imediata os eventuais problemas técnicos;

Possuir canais diretos de chamadas para quaisquer intercorrências no sistema;

Disponibilizar interface atualizada e adequada à Lei 14.133/21 e suas atualizações, bem como aos decretos e normas que regem os procedimentos licitatórios.

Deverá possuir fluxo completo de funcionalidades conforme especificado:

Cadastro completo de licitantes e órgãos;

Controle de acesso por perfil: de pregoeiros, agentes de contratação, leiloeiro, comissões e fornecedores;

Publicação de editais e seus anexos;

Notificações sobre os avisos de licitação aos fornecedores;

Canal para envio de impugnações e esclarecimentos;

Chat interno para comunicação entre os fornecedores e os pregoeiros/agentes de contratação;

Envio seguro para upload de propostas com criptografia e sigilo até a abertura do certame;

Ferramentas de disputa de lances e registro de histórico;

Ordenação de propostas conforme o critério de julgamento;

Envio de documentos;

Registro de adjudicação e homologação digital;

Publicação dos resultados;

Disponibilização da atas da sessão pública;

Resumidamente, a plataforma deverá contemplar:

1. Cadastro e credenciamento de fornecedores.
2. Publicação de editais e anexos.
3. Sessão pública eletrônica com lances em tempo real.
4. Chat público e registro de comunicações.
5. Julgamento eletrônico com geração automática de atas.
6. Relatórios gerenciais e estatísticos.



7. Integração via API com o ERP municipal ou por arquivo de importação e exportação.
8. Autenticação segura (ICP-Brasil e MFA).
9. Suporte técnico gratuito (no mínimo em horário comercial).
10. Treinamento e manuais digitais.
11. Segurança (criptografia, backup diário, DRP, LGPD).
12. Exportação de dados em formato aberto (portabilidade).
13. Possuir ambiente de negociação, após a fase de lances.

DOS REQUISITOS DA ARQUITETURA TECNOLÓGICA:

- A Solução oferecida deverá operar com os sistemas operacionais Microsoft Windows , 8.0, 8.1, 10, 11 ou superior, em plataforma de hardware de 32 e 64 *bits*.
- A Solução deverá ser compatível com Mozilla Firefox, Google Chrome, Microsoft Edge ou, versões que poderão ser incorporadas e/ou substituídas pelas respectivas empresas.
- As aplicações *web* deverão garantir a segurança contra possíveis ataques e métodos de violação de programas de informática que comprometam os dados e a disponibilidade da Solução.
- A Solução poderá ser operada a partir de estações de trabalho locais e remotas conectadas à rede corporativa da Contratante ou Internet.
- A Solução deverá manter a escalabilidade e o desempenho para tratar o volume de dados e de usuários, bem como o crescimento da base de dados e de usuários.

DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA:

- A solução deverá ser provida por computação em nuvem
- Garantir a integridade das informações contidas no banco de dados, contra qualquer meio, ameaça ou falhas que venham a ocorrer durante o funcionamento dos sistemas.

DA NATUREZA CONTINUADA (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO:

Considerando as particularidades relacionadas à migração dos lançamentos dos processos licitatórios, que envolvem não apenas o lançamento na plataforma, mas também a integração com o atual sistema de gestão pública;

Considerando o treinamento dos servidores envolvidos nos processos de migração e rotina do dia a dia dos processos de licitação;

Considerando que o serviço a ser executado precisa estar permanentemente ativo para o setor de licitação, sem interrupções, pois pode haver editais lançados ou em andamento que precisam de continuidade na mesma plataforma em que estão em andamento, não se tratando de serviço por escopo. O Próprio TCU já se manifestou por meio do Acórdão nº 132/2008 - Segunda Câmara, que:

“Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público



ou o cumprimento da missão institucional". (Tribunal de Contas da União, TC 010.020/2003-1, Acórdão 132/08 - Segunda Câmara)

Características que podemos observar no presente caso, uma vez que a interrupção das atividades pode acarretar em prejuízos para a administração, já que, como mencionado, as licitações que estão em andamento ou divulgadas para serem operacionalizadas em determinada plataforma precisam seguir pela mesma plataforma, precisam ter continuidade até a sua homologação. **Dessa forma, o serviço a ser prestado possui natureza continuada.**

Em razão das informações acima mencionadas, não é vantajoso que o futuro contrato tenha duração de apenas 12 meses, dessa forma, a administração opta pela formalização de contrato com prazo de 05 anos, nos termos do § 2º do art. 106 da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107.

Ainda, como observado nas pesquisas realizadas, e respostas recebidas de potenciais fornecedores durante a pesquisa de mercado, constatou-se que é possível especificar o serviço usando parâmetros usuais de mercado. Relevante também a informação de que várias empresas podem atender esse objeto.

Embora ele tenha particularidades inerentes ao órgão, há no mercado uma gama considerável de potenciais fornecedores capazes de cumprir com o objeto. Joel de Menezes Niebuhr afirma que:

Bem e serviço comum são aqueles que possam ser definidos no [edital](#) por meio de especificações objetivas, que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado, sem que variações de ordem técnica eventualmente existentes entre os bens e serviços ofertados por diversos fornecedores que atendam a tais especificações objetivas sejam importantes ou decisivas para a determinação de qual proposta melhor satisfaz o interesse público e desde que a estrutura procedimental da [modalidade pregão](#), menos formalista e mais célere, não afete a análise da qualidade do objeto licitado ou importe prejuízos ao interesse público.

No mesmo sentido, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

O conceito de bem ou serviço comum diz respeito à "linguagem do mercado que define a possibilidade de indicar padrão de desempenho e qualidade", tais como material a ser utilizado, prazo de garantia, durabilidade, cor (em se tratando de bens), experiência, desempenho anterior, material empregado, instalações mínimas (no caso de execução de serviços) etc, não cabendo exigir, para a definição de bens e serviços comuns, pretensões como: tratar-se de bem padronizado, tratar-se de bem cujas características estejam definidas por normas técnicas como ABNT, nem que consistam em bens prontos. Muito menos, caberia tentar restringir o universo dos objetos comuns, a um rol constante de regulamento.



Nesse sentido, o objeto pode ser executado - à partir das condições estabelecidas - por qualquer um que detenha a capacidade e o conhecimento a respeito das especificações, chegando ao mesmo fim, portanto consideramos que este serviço é comum, nos termos do inc. XIII do art. 6º da Lei 14.133/21.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Será apenas 01 serviço para acesso à plataforma, com quantidade de usuários pregoeiros/agentes de contratação, comissões e equipe de apoio definidos pelo Município de Pato Branco.

A quantidade de acessos para a participação dos fornecedores é ilimitada por processo licitatório.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A solução terá custo zero para a administração para utilização da plataforma.

Haverá custos apenas para os licitantes que participarem dos processos, sendo que, conforme levantamento realizado junto às principais empresas obtivemos que os valores praticados no mercado são os seguintes:

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO ÚNICA	PLANO MENSAL	PLANO TRIMESTRAL	PLANO SEMESTRAL	PLANO ANUAL
Bolsa Nacional de Compras ⁹	R\$ 118,80	R\$ 162,00	R\$ 432,00	X	X
BBMNET ¹⁰	R\$ 73,00 a R\$ 48,00	R\$ 187,00	R\$ 297,00	R\$ 465,00	R\$ 706,80
Plataforma tem diversos planos					
Bolsa de Licitações e Leilões	1,5% do lote/item vendido, limitado a R\$ 600,00 por item/lote vendido.	X	R\$ 567,00	X	X
BR Conectado ¹¹	X		R\$ 623,00	R\$ 755,00	R\$ 890,00
Licita Mais Brasil ¹²	R\$ 100,00 a R\$ 150,00	R\$ 110,00 a R\$ 160,00	R\$ 160,00 a R\$ 230,00	R\$ 235,00 a R\$ 335,00	R\$ 385,00 a R\$ 545,00
Licitar Digital ¹³	R\$ 138,00	X	X	X	R\$ 1.197,00
Licitações-e ¹⁴		R\$ 182,01	R\$ 269,99	R\$ 401,97	R\$ 665,92
Compras	R\$ 96,00	R\$ 180,00		R\$ 640,00	R\$ 980,00

⁹ Disponível em: <https://bnc.org.br/> e em proposta anexa ao processo

¹⁰ Disponível em: <https://bbmnet.com.br/custos/#planos>

¹¹ Valor disponível em proposta anexa ao processo, porém recebido em nov/2023. Em solicitação de atualização de valores, empresa não encaminhou. Não localizados valores atuais no site da empresa.

¹² Disponível em: <https://licitamaisbrasil.com.br/>

¹³ Disponível em: <https://licitar.digital/>

¹⁴ Disponível em: <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/coringa.aop?opcao=paginaCoringa&numeroRegistro=7> - valores localizados para o ano de 2015, não localizados valores atuais.



BR ¹⁵					
Portal de Compras Públicas ¹⁶	R\$ 129,00	R\$ 165,00	X	X	R\$ 137,50 (R\$ 137,50 x 12 = R\$ 1.650,00)

Dos valores analisados, e fazendo média aritmética simples, chegamos aos seguintes valores máximos que podem ser cobrados dos licitantes pelas plataformas privadas:

PARTICIPAÇÃO ÚNICA	PLANO MENSAL	PLANO TRIMESTRAL	PLANO SEMESTRAL	PLANO ANUAL
R\$ 106,50	R\$ 163,72	R\$ 368,43	R\$ 472,00	R\$ 877,47

Na plataforma gratuita atualmente utilizada, não há custos para licitante, já na paga, se considerarmos preço médio para participação única, por exemplo, o valor fixo pago por uma única participação em licitações pode variar entre R\$ 48,00 e R\$ 150,00, já nas opções mensais os valores podem chegar de R\$ 110,00 a R\$ 180,00 sem limite de participação em processos licitatórios.

Para a prefeitura, as plataformas não tem custo para o Município.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O parcelamento da solução é inviável pois trata-se de um único item e única plataforma privada que será utilizada pela administração para operacionalização das licitações .

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se como principais resultados:

A integração com o módulo LC do sistema de gestão pública da empresa Governança Brasil;

Exportação automatizada de dados dos processos licitatórios lançados no sistema de gestão LC para a plataforma a ser contratada;

Importação automatizada de dados da disputa dos processos licitatórios realizados na plataforma eletrônica de licitações para o sistema de gestão LC

A redução do tempo no lançamento inicial das licitações;

A redução do tempo na homologação e lançamentos finais da licitação;

A operacionalização eletrônica de licitações como leilão e credenciamento;

A possibilidade de operacionalizar licitações com critérios de julgamento como maior oferta diretamente pelo sistema;

Operacionalizar licitações que estejam contempladas a inversão de fases;

Que os chamados e dúvidas relacionadas à problemas que venham a surgir sejam atendidos rapidamente sem a necessidade da abertura de várias comunicações, como é hoje com a atual plataforma;

Que os possíveis fornecedores também tenham suporte para utilização da plataforma, pois o que vemos hoje é que muitos não sabem utilizar o compras.gov.br;

Que seja possível redução de operacionalização de licitações em formato presencial;

¹⁵ Disponível em: <https://comprasbr.com.br/fornecedor/>

¹⁶ Disponível em: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/adesao/fornecedor>



- Segurança de operações e dados realizados na plataforma;
- Facilidade de acesso e cadastro;
- Redução de tempo médio de licitação com lançamentos automatizados ao invés de manuais;
- Integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;
- Atendimento às normas relativas a fase externa das licitações públicas, em especial à Lei nº 14.133/21 e Lei Complementar nº 123/06;
- Suporte técnico eficiente e rápido aos usuários;

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Quando concluída a etapa da contratação será necessário que o município promova a (i) integração do sistema de gestão LC da empresa Governança Brasil com a plataforma; (ii) promova o acesso aos usuários do Município que irão utilizar a plataforma; (iii) possibilite que os servidores que irão utilizar a plataforma possam realizar o treinamento disponibilizado pela plataforma e (iv) faça a adaptação dos editais de licitação, para que contemple a informação adequada da plataforma a ser utilizada.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas, até o momento, contratações que guardem similaridade/afinidade com a execução deste objeto.

IMPACTOS AMBIENTAIS

De maneira geral, foram identificadas ações que devem ser tomadas na execução do serviço pela contratada como:

- Incorporar práticas de sustentabilidade, visando reduzir a emissão de gases de efeito estufa;
- Reduzir consumo de grandes quantidades de energia elétrica relacionadas aos serviços, o descarte adequado de produtos e de insumos destinados a execução das atividades e ao uso de componentes eletroeletrônicos, pilhas e baterias considerados lixo eletrônico.
- Acompanhar, prevenir e minimizar impactos negativos econômicos, ambientais e sociais advindos das atividades desenvolvidas.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas no presente Estudo Técnico Preliminar, esclarecemos ser **viável**, do ponto de vista técnico e econômico, a formalização de processo licitatório para contratação de plataforma eletrônica privada.

Embora haja possibilidade de continuidade de utilização de plataforma pública, compras.gov.br, pois não há custo para o Município, a plataforma vem se mostrando desvantajosa ao longo do tempo, conforme já exposto anteriormente. Necessário mencionar que embora ela seja sem custos também para o fornecedor, as limitações relacionadas ao suporte ao usuário e à sistemática de inclusão individualizada dos itens dos certames, geram custos, como o tempo de mão de obra dos servidores envolvidos em todas as etapas mais de uma vez.

Além disso, outras opções de plataformas públicas, foram desenvolvidas especificamente para utilização do órgão ou para órgãos de determinado estado, não havendo possibilidade da utilização pelo Município de Pato Branco.

Dessa forma, entende-se que do ponto de vista técnico, licitar uma plataforma privada mostra-se vantajoso em relação aos procedimentos operacionais, com a redução do tempo de lançamento dos itens na fase inicial e final, no lançamento da classificação final dos licitantes participantes do processo, nas modalidades possíveis de se operacionalizar (além do pregão, concorrência e dispensa eletrônicos) e no suporte técnico oferecido aos usuários.

Do ponto de vista econômico, a remuneração por participação elimina custos diretos para a Prefeitura e os custos para o licitante são proporcionais aos benefícios, pois parte do valor empregado remunera o fornecedor por suporte e manutenção e não comprometem a competitividade, justificando uma solução que seja onerosa.

Ainda, se levarmos em consideração o custo operacional por servidor que efetua os lançamentos dos processos podemos chegar aos seguintes valores, considerando a média de 04 horas informadas anteriormente para lançamento da IRP e 08 horas para lançamento e cadastramento final da homologação do processo:

Para os lançamentos iniciais: a média salarial das servidoras do setor de licitação envolvidas na fase inicial dos lançamentos é R\$ 7.980,30. Dividindo esse valor por 200 horas mensais de trabalho, chegamos ao valor de R\$ 39,90/hora x 04 horas estimativas de lançamento = R\$ 159,60.

Para os lançamentos da fase da homologação: a média salarial dos servidores envolvidos é de R\$ 4.318,13. Dividindo esse valor por 200 horas mensais de trabalho chegamos ao valor de R\$ 21,59/hora x 08 horas estimativas de lançamento = R\$ 172,72.

Ou seja, um único processo custa para o Município, somente em tempo de mão de obra de lançamentos R\$ 332,32, muito mais do que o licitante irá pagar para participar de um processo se diluir esse custo no valor do produtos/serviços ofertados.

Se considerarmos ainda o número de processos eletrônicos do ano de 2024 (77 pregões e 14 concorrências): 91 no total, o custo operacional estimado para estas duas etapas das licitações foi de R\$ 30.241,12, ou seja, embora a plataforma seja gratuita para ambos, há um custo envolvido para o Município.

ANÁLISE DE RISCO DA CONTRATAÇÃO

Risco 1		Deficiência na definição da demanda	
Probabilidade:	Gravidade das consequências:	Dano potencial	
Média	Média	Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda	
Ação Preventiva		Responsável	
Conhecimento do escopo, organização, controle e planejamento das secretarias envolvidas.		Setor de Licitações	
Ação de Contingência		Responsável	
Diligenciar junto aos responsáveis as especificações necessárias		Setor de Licitações	



Risco 2	Deficiências do ato convocatório, critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros.	
Probabilidade:	Gravidade das consequências:	Dano potencial
Baixa	Alta	Licitação frustrada ou deserta
Ação Preventiva		Responsável
Avaliação correta das especificações para atendimento às necessidades		Setor de Licitação
Ação de Contingência		Responsável
Suspensão da licitação		Setor de Licitação

Risco 3	Redução da competitividade por cobrança de valor aos licitantes	
Probabilidade:	Gravidade das consequências:	Dano potencial
Baixa	Média	Pouca participação de licitantes nos processos licitatórios
Ação Preventiva		Responsável
Definir teto razoável para o processo		Licitação
Ação de Contingência		Responsável
Solicitar às secretarias demandantes que entrem em contato com potenciais fornecedores para incentivar a participação nos processos		Secretaria demandante

Risco 4	Indisponibilidade da plataforma	
Probabilidade:	Gravidade das consequências:	Dano potencial
Baixa	Alta	Perda do processo licitatório
Ação Preventiva		Responsável
Definição de requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados. Inserir no edital exigência de qualificação técnica compatível com objeto.		Licitação
Ação de Contingência		Responsável
Aplicação de penalidades à empresa		Fiscal/gestor do contrato

Risco 5	Rejeição dos fornecedores por não aceitarem o valor	
Probabilidade:	Gravidade das consequências:	Dano potencial
Baixa	Alta	Pouca participação nos processos
Ação Preventiva		Responsável



Diálogo com o mercado		Secretarias demandantes
Ação de Contingência		Responsável
Análise de outras possibilidades para suprir a necessidade		Setor de licitação
Risco 6	Falha na integração com o sistema de gestão	
Probabilidade:	Gravidade das consequências:	Dano potencial
Baixa	Média	Interrupção de processos e retrabalho
Ação Preventiva		Responsável
Realizar análise prévia de compatibilidade durante a sessão pública		Agente de contratação
Ação de Contingência		Responsável
Realizar parametrizações necessárias		Empresa contratada

Risco 7	Vazamento de dados durante a migração	
Probabilidade:	Gravidade das consequências:	Dano potencial
Baixa	Alta	Violação da LGPD e exposição de informações sensíveis
Ação Preventiva		Responsável
Exigir que a empresa utilize criptografia e boas práticas de segurança no processo de migração.		Fiscal técnico do contrato
Ação de Contingência		Responsável
Realizar auditorias e, caso necessário, aplicar penalidades previstas no contrato.		Fiscal/gestor do contrato

Risco 8	Adjudicatário recusar-se a assinar o contrato	
Probabilidade:	Gravidade das consequências:	Dano potencial
Baixa	Média	Atraso na mudança da plataforma
Ação Preventiva		Responsável
Convocação dos próximos classificados		Agente de contratações/Pregoeiro
Ação de Contingência		Responsável
Verificar possíveis erros na apresentação da proposta durante a sessão pública		Agente de contratações/Pregoeiro

Pato Branco, datado e assinado digitalmente.

Responsável pela elaboração do ETP:

Liciane Cristina Puttkamer Bertoletti - Chefe do Setor de Licitação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 09AE-5348-0C6B-9178

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LICIANE CRISTINA PUTTKAMER BERTOLETTI (CPF 074.XXX.XXX-48) em 30/04/2026 15:31:24

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/09AE-5348-0C6B-9178>

TERMO DE REFERÊNCIA

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

Do objeto:

Contratação de plataforma eletrônica para a realização de compras públicas, nos termos do art. 175, § 1º da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, para execução das licitações eletrônicas nas modalidades: pregão, dispensa, concorrência, leilão e credenciamento, para atender as necessidades do setor de licitação, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Da estimativa de valor

Os valores de assinatura por período não serão considerados, uma vez que as empresas oferecem pacotes de utilização mensais, trimestrais, semestrais e anuais de utilização, e estes são utilizados por licitantes habituais e que participam de várias licitações, logo terão seus custos diluídos por várias licitações.

Para os casos de licitantes esporádicos, deve-se dar a opção de participação única, valor esse apurado por meio das propostas recebidas ou sites oficiais das potenciais fornecedoras e do valor apurado de contratos com entes públicos.

Cotações obtidas por fornecedores e sites oficiais das plataformas	BNC	R\$ 118,80
	BBMNET	R\$ 60,50
	Licita Mais Brasil	R\$ 110,00
	Licitar Digital	R\$ 138,00
	Compras BR	R\$ 96,00
	Portal de Compras Públicas	R\$ 129,00
Banco de Preços	Município de Cianorte	R\$ 96,00
Ente Público	Município de Nova Esperança/PR	R\$ 118,80
Valor estimado		R\$ 108,39

O valor adjudicado é o valor máximo por participação única que a empresa poderá cobrar dos licitantes interessados em participar do processo licitatório do Município de Pato Branco.

Licitação não exclusiva para ME/EPP

Observa-se que as potenciais fornecedoras são em sua maioria, empresas de grande porte, sendo que das 06 das quais foi possível obter os valores de participação única, somente 02 são consideradas empresa de pequeno porte ou micro empresa. Das outras 03 potenciais fornecedoras em que não foi possível utilizar os seus valores, apenas uma é empresa de pequeno porte, ou seja, de um universo de 09 fornecedores, temos 03 empresas enquadradas como empresa de pequeno porte ou micro empresa.

Dessa forma, nos termos dos inc. II e III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 em que disciplinam que:



Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Este processo será destinado à participação de empresas de qualquer porte, pois não há no mínimo 03 fornecedores enquadrados como ME/EPP sediados local ou regionalmente e também, não há vantagem para a administração pública em restringir a participação das empresas, quando de apenas 09 fornecedores localizados excluirmos 06 do certame.

Da Natureza do Objeto:

O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum, conforme disposto no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/21, pois os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua utilização são usuais de mercado, passíveis de descrições sucintas e possuem disponibilidade no mercado.

Do Prazo de Vigência:

O contrato terá duração inicial de 05 anos, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Não se vislumbram vantagens para que a administração permita que empresas reunidas sob a forma de consórcio participem deste processo.

Do contrário, o que pode acontecer é que duas ou mais empresas constituam consórcio a fim de oferecer plataformas distintas a depender da situação do processo, o que vem a prejudicar o andamento dos trabalhos, assim como a divulgação do edital e a sessão pública, fazendo que haja necessidade de treinamentos distintos e integrações distintas.

Mencionamos também a falta de complexidade deste objeto e a união de concorrentes que poderiam naturalmente disputar entre si, nos parece violar o princípio da vantajosidade buscado pela administração.

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A fundamentação da contratação encontra-se descrita em tópicos do estudo técnico preliminar.



DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

A descrição da solução como um todo encontra-se especificada no tópico DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO dos Estudos Técnicos Preliminares.

DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Além dos documentos de habilitação relacionados à qualificação jurídica, fiscal, social, trabalhista e qualificação econômico financeira, a empresa considerada provisoriamente vencedora deverá apresentar atestado de capacidade técnica ~~e declaração que atende a exigência de integração com o atual sistema contratado~~, conforme descrito no tópico de seleção do fornecedor.

Dos Requisitos Legais:

A contratada deverá observar as disposições da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Federal nº 13.853/2019 e ao Decreto Municipal nº 9.591/2023, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhe forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

A Contratada deve adotar medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais tratados no sistema, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), incluindo:

Confidencialidade e Segurança: Implementar criptografia, autenticação de múltiplos fatores e controle de acesso baseado em níveis de permissão.

Plano de Gerenciamento de Incidentes: Desenvolver e manter um plano para responder aos incidentes de segurança, com comunicação formal à Contratante em até 24 horas, após a detecção de falhas ou vazamentos.

Consentimento e Finalidade: Certificar-se de que todos os dados coletados tenham base legal clara, respeitando os princípios de finalidade e necessidade.

Estar em conformidade com a norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013.

Buscar nas leis, normas e manuais mantidos pelos órgãos competentes, meios para manter o sistema atualizado, não cabendo à Contratante informar a Contratada das mudanças legais, com exceção de leis específicas do município de Pato Branco – PR.

Dos Requisitos de Segurança de Informação:

Todos os resultados dos serviços/produtos desenvolvidos pela Contratada, como dados e arquivos, deverão estar disponíveis para a Contratante, que terá direito patrimonial e de propriedade intelectual sobre os mesmos.

Dos Requisitos de Manutenção, Definindo a Necessidade de Manutenção Preventiva, Corretiva, Evolutiva e Adaptativa:

A resposta aos chamados da administração deverá ser realizada, no máximo, em até 02 horas úteis, em razão da possibilidade de prejudicar os certames agendados.

A Contratada deverá manter os serviços de atualização preventiva, corretiva, adaptativa e/ou evolutiva (Legais), parametrização, conversão de base de dados, treinamento básico, pelo período de validade da licença, conforme a necessidade da Contratante.



A Contratada deverá garantir:

Suporte Técnico Contínuo: Atendimento disponível em horário comercial (segunda a sexta, 08h às 17h30), com opções para contato via telefone, chat, e e-mail.

Atualizações Evolutivas: Inclusão de novas funcionalidades conforme legislação ou requisitos técnicos futuros, sem custo adicional durante a vigência do contrato.

Operação Assistida: Disponibilidade de um técnico para acompanhamento *in loco* nos primeiros processos após a implantação para cada pregoeiro/agente de contratação, pelo menos no primeiro processo lançado, desde o lançamento, migração até a homologação (8 servidores).

Dos Requisitos Tecnológicos:

A implantação, parametrização, configuração e customização do sistema deverão ser feitos por técnicos treinados e certificados, comprovados através de atestado emitido pelo fabricante e conforme orientações da Secretaria demandante.

Fornecer operação assistida durante o período de implantação do sistema, auxiliando os usuários na operação da solução.

Garantir os serviços de atendimento e suporte técnico, pelo período de validade do Contrato, disponíveis em horário comercial, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 12h00min – 13h30min às 17h30min, (exceto feriados), presencial e/ou através dos meios de comunicação. Atendimento em língua portuguesa (BR).

Consideram-se meios de comunicação para fins de atendimento: telefone fixo ou móvel, correio eletrônico, área de bate papo (chat) interno do sistema (opcional, se contido no sistema), ferramentas de videoconferência e mensagens instantâneas.

A solução deve proporcionar a disponibilidade, a integridade e a segurança de todas as informações da Administração municipal por ela gerenciadas e armazenadas.

A Contratada deve executar ações preventivas e proativas com vistas à otimização e a garantia da disponibilidade e da eficiência da solução gerenciada.

A Contratada deve utilizar os recursos do provedor e as ferramentas tecnológicas necessárias para a execução dos serviços de gerenciamento, sem ônus adicional à Contratante.

A Contratada deve assegurar a alta disponibilidade, a segurança da solução, o pleno funcionamento dos mecanismos de *backup* e de recuperação de desastres. Os serviços de gerenciamento deverão ser executados por profissionais especializados no provedor de nuvem ofertado.

Em caso de encerramento contratual, manter disponíveis os dados da Contratante.

Apresentar no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Contratante, a relação atualizada com o nome do representante da Contratada e/ou preposto, para o acompanhamento contratual, bem como dos profissionais que farão a manutenção e o suporte técnico.

Comunicar formal e tempestivamente a Contratante, sobre a ocorrência de riscos, ameaças ou incidentes de segurança que possam acarretar comprometimento ou dano ao titular dos dados pessoais.

DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução deste serviço não implicará na emissão de nota de empenho, pois não haverá pagamentos ao fornecedor por não haver custos para o Município.

Após a assinatura do contrato, o fornecedor será notificado, por meio da emissão de ordem de serviço, pelo fiscal do contrato para disponibilizar acesso à plataforma e iniciar os procedimentos relacionados à integração junto ao sistema de gestão pública.

O acesso e integração deverão iniciar em até 03 dias úteis após a notificação e serem concluídos em até 10 dias úteis após o seu início.

Concluída a integração, em até dois dias úteis a empresa deverá agendar curso de capacitação com os servidores do setor de licitação que utilizarão a plataforma, para instrução de sua utilização.

Caso não seja possível a conclusão nos prazos definidos, a empresa deverá comunicar os motivos, que serão analisados e alinhados os novos prazos.

Será obrigatório o acompanhamento de um técnico qualificado da empresa quando: (i) do lançamento e divulgação do edital, do início ao fim dos procedimentos e (ii) durante a sessão pública da licitação em todas as suas etapas, pelo menos na primeira licitação de cada um dos pregoeiros/agentes de contratação do Município, que atualmente são 05. O mesmo deverá acontecer quando novos agentes forem nomeados.

O acompanhamento a que se refere o item anterior poderá ser remoto.

DA GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fiscal administrativo do contrato é designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato, conforme art. 15 do Decreto Municipal nº 9.603, de 2023.

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme art. 16 do Decreto Municipal nº 9.603, de 2023.



O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme art. 14 do Decreto Municipal nº 9.603, de 2023.

Nos termos do art. 11, § 1º do Decreto Municipal nº 9.603/2023, a atribuição de gestão do contrato será exercida pelo titular da secretaria demandante, o Secretário Municipal de Administração e Finanças, Paulo Ricardo de Souza Centenaro, matrícula nº 115568/1, ou pela pessoa que o vier a substituir, em razão da alteração da titularidade da pasta.

O gestor indica como **fiscal administrativa e técnica** do contrato, a servidora Yara Miotto Chioqueta, sendo a mesma pessoa em ambos os casos pela baixa complexidade do objeto.

O fiscal técnico e fiscal administrativo serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico, contábil e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.

DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Da Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

O fornecedor será selecionado por meio de licitação a ser processada em formato eletrônico, pelo critério de julgamento de **“MENOR PREÇO”** os lances deverão ser ofertados pelo **“VALOR UNITÁRIO”**.

Das Exigências de habilitação:

Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar que atende às condições estabelecidas nos artigos 66, 68 e 69, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021, quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira.

Como comprovação de qualificação técnica:

Certidão ou atestado de capacidade técnica operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que o licitante demonstre já ter executado, de maneira satisfatória, serviços similares ou de complexidade superior.

É considerado como serviço similar e de maior relevância, que a plataforma ofertada possua capacidade de: operacionalizar as licitações nas modalidades pregão, concorrência, dispensa e credenciamento; bem como, os critérios de julgamento de menor preço, maior desconto e maior lance.

O atestado de capacidade técnica será avaliado pela servidora Yara Miotto Chioqueta.

DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado total da futura contratação é de R\$ 108,39 (cento e oito reais e trinta e nove centavos), conforme custos unitários apostos e metodologia aplicada na Planilha em anexo.



DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Neste processo não haverá pagamentos por parte do Município, razão pela qual não se faz necessária solicitação de comprovação orçamentária.

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Do Recebimento do Objeto:

O recebimento dos serviços se dará conforme o disposto no artigo 140, inciso I, alíneas “a” e “b” da Lei nº 14.133 de 2021 e art. 18 do Decreto Municipal nº 9603/2023, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

Os serviços serão considerados recebidos provisoriamente pela fiscal do contrato após a etapa de implantação e integração da plataforma com o módulo de licitações e contratos do sistema de gestão pública e disponibilização dos acessos aos agentes do Município de Pato Branco.

O recebimento definitivo ocorrerá com a finalização do primeiro processo licitatório, considerando-se da divulgação até a homologação do processo.

A fiscal emitirá termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

A Contratada fica obrigada a reparar, refazer ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de falhas na execução, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas, no prazo determinado pelo gestor do contrato/ata.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato/ata.

Da Forma de Pagamento:

Não haverá pagamentos por parte da Prefeitura de Pato Branco, os pagamentos à contratada serão de responsabilidade das empresas que participarem das licitações do Município de Pato Branco.

A cobrança será fixa e por participação em licitação única. O valor a ser cobrado por participação única dos licitantes não deve ser superior ao valor adjudicado.

Do Reajuste

Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



Após o prazo de 01 (um) ano, os preços poderão ser reajustados, devendo ser adotado o índice de inflação com a menor variação no período, dentre os seguintes: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) e Indicador Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV).

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das obrigações usuais, a contratada deverá observar que:

A plataforma deve estar disponível em tempo integral para atender às necessidades de compra pública, garantindo estabilidade, rapidez e segurança.

O contratado deve realizar as atualizações necessárias na plataforma para manter a conformidade com as normas e garantir eficiência.

O contratado deve assegurar a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados inseridos na plataforma, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Garantir que a plataforma esteja livre de vulnerabilidades que possam comprometer as informações ou o processo licitatório.

Disponibilizar suporte para usuários da plataforma, da contratante ou fornecedores, oferecendo canais de atendimento para resolução de dúvidas ou problemas técnicos.

Oferecer treinamento aos servidores públicos e usuários sobre o uso da plataforma, assegurando que todos tenham acesso a um manual de operação ou cursos sobre suas funcionalidades.

Assegurar que a plataforma funcione em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes às compras públicas.

Garantir que todos os processos realizados na plataforma sejam auditáveis, permitindo o acompanhamento e fiscalização por órgãos competentes.

A plataforma deve ser capaz de se integrar a outros sistemas públicos de compras e controle.

O contratado deve fornecer relatórios periódicos sobre o funcionamento da plataforma e os processos realizados, assegurando a transparência na utilização do sistema.

O contratado deve se responsabilizar por eventuais falhas no sistema que prejudiquem o processo licitatório, sendo necessário agir em até 30 minutos para corrigir problemas.

Deve manter planos de contingência em caso de falhas graves, que possam garantir a continuidade dos serviços.

A plataforma e todos os serviços associados devem ser disponibilizados e operacionalizados dentro dos prazos estipulados no contrato.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações (PNCP), conforme legislação vigente.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



O valor adjudicado é o valor máximo por participação única que a empresa poderá cobrar dos licitantes interessados em participar do processo licitatório do Município de Pato Branco.

Observar no geral, as condições estabelecidas no tópico: DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO do estudo técnico preliminar, as quais deverão ser atendidas integralmente.

Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos criados em decorrência da relação contratual, na forma do inciso VI do caput deste artigo;

Observar as normas, processos e procedimentos internos do contratante no que concerne a políticas e metodologias aplicáveis à governança de tecnologia da informação e comunicação, gestão de serviços de tecnologia da informação e comunicação, desenvolvimento e sustentação de software, segurança da informação e privacidade de dados;

Apresentar termo de compromisso e confidencialidade relativo às exigências do inciso II deste parágrafo, quando solicitado pelo contratante.

Apresentar evidências que indicam a aplicação de um conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança para proteção de dados pessoais, conforme legislação de regência;

Manter registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado, cuja necessidade esteja pautada no exercício das atribuições inerentes à execução do objeto contratual e que tenha assumido compromisso formal de preservação da confidencialidade e segurança de tais dados, disponibilizando tal compromisso caso exigido pelo contratante;

Permitir a realização de auditorias e disponibilizar toda informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações firmadas em torno da proteção de dados pessoais;

Auxiliar o contratante no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, legítimos interessados e autoridades competentes;

Comunicar, formal e tempestivamente ao contratante, sobre a ocorrência de riscos, ameaças ou incidentes de segurança que possam acarretar comprometimento ou dano a titular de dados pessoais;

Indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

Pato Branco, *datado e assinado digitalmente*.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

Da Secretaria demandante: Liciane Cristina Puttkamer Bertoletti

Do Secretário que acompanhou o processo: Paulo Ricardo de Souza Centenaro

Documento assinado digitalmente, onde todos declaram que as informações prestadas são verdadeiras e estão de acordo e ciente dos itens deste Termo de Referência e demais documentos anexados junto ao presente processo.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B845-C8C2-B762-E8C3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LICIANE CRISTINA PUTTKAMER BERTOLETTI (CPF 074.XXX.XXX-48) em 30/04/2026 15:31:44
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ PAULO RICARDO DE SOUZA CENTENARO (CPF 051.XXX.XXX-80) em 30/04/2026 16:31:58
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/B845-C8C2-B762-E8C3>